

## QUESTÕES DE IDENTIDADE: UM BREVE OLHAR ACERCA DAS PERCEPÇÕES DOS JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NO PJU (Prisional)-PB.

Silvânia da Silva Santos <sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa inicial acerca das percepções dos estudantes do Projovem Urbano (Prisional/PB) sobre as questões de identidade. Neste sentido, buscou-se nesta apresentação fazer uma reflexão e propor estratégias para a superação do racismo dentro dos espaços educacionais, a priori junto aos educadores e posteriormente junto aos alunos projovianos. Dessa forma, percebe-se que categoria identidade é importante para compreendermos como o indivíduo se constitui, influencia sua autoestima e sua maneira de existir. Do exposto, podemos considerar ainda, que as Políticas Públicas implementadas para o combate ao racismo e discriminação social já estão obtendo resultados, mesmo que incipientes. Sendo assim, temos como objetivo geral do trabalho que ora apresentamos, avaliar a importância da autoafirmação étnico-racial dos jovens que se encontram no contexto de privação de liberdade.

Palavras-chave: Projovem Urbano, Privados, Liberdade, Identidade.

### INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), criado a partir de uma pesquisa sobre jovens na faixa etária entre 18 a 29 anos, tem o objetivo primordial de reinserir no sistema educacional, pessoas que não tenham concluído o ensino fundamental e que necessitem de formação e aprimoramento para o mercado de trabalho. O ProJovem Urbano foi implantado sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e regulamentado pelo Decreto n. 5.557, de 05/10/2005, sendo aprovado em 15 de agosto de 2006 pela Resolução 3/2006. O Projeto oferece a certificação de conclusão do Ensino Fundamental, Qualificação Profissional (formação inicial) e Participação Cidadã, dirigido a jovens que saibam ler e escrever, sendo este o diagnóstico nacional que sobressaiu diante de uma pesquisa realizada no mesmo ano da implementação pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), ambos instituídos em 30 de junho de 2005, pela Lei 11.129.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação Universidade Federal da Paraíba - UPBF, sss.sil@hotmail.com;

Em 2008, a partir de um termo de cooperação, firmado entre a Secretaria Nacional de Juventude e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça, no âmbito das ações do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (AGUIAR, 2011), criou-se uma modalidade do Programa, voltada aos estabelecimentos penais estaduais, para o atendimento de pessoas que se encontrassem no perfil etário e instrucional determinado em suas diretrizes e em cumprimento de pena criminal em regime fechado (BORBA, 2015).

Segundo dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen), de junho de 2014, o Brasil tinha o total de 607.731 mil pessoas privadas de liberdade (BRASIL, 2014). Um levantamento realizado recentemente pelo mesmo órgão, durante o ano de 2016 e publicado em 2017, aponta um aumento da população prisional brasileira, onde pela primeira vez ultrapassou-se a marca de 700 mil pessoas privadas de liberdade. Isto representa um aumento de 707% em relação ao total registrado no início da década de 90 (BRASIL, 2017).

A educação e o trabalho são os dois principais meios para a promoção de programas de ressocialização desses sujeitos, sob a ótica do sistema penitenciário brasileiro, faz-se necessária a promoção, a implementação e o melhoramento de políticas públicas que atendam a essa demanda social (BORBA, 2015).

Neste enfoque, o presente trabalho emergiu da experiência vivenciada no Projovem Urbano Prisional do Estado da Paraíba (PJU/Prisional – PB), no tocante à aplicabilidade do Projeto: Meu cabelo compõe a minha identidade, que foi posto em prática nos espaços formativos junto aos educadores durante o 20º Encontro de Formação Continuada, em 2014, pelos formadores do PJU e PJU/Prisional – PB. O referido projeto teve como objetivo geral convidar a rede Projovem (educadores e alunos) a estabelecer um reposicionamento inicial de forma concreta na luta contra o preconceito e a discriminação racial, por meio de atividades diversas: leitura de textos e de um ensaio fotográfico, onde educadores e alunos pudessem apresentar suas impressões acerca da temática abordada.

Neste sentido, é pertinente ressaltar que, trataremos aqui do preconceito de cor e racismo, pois segundo a Revista Construir Notícias (2006),

Se entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século 18 e, hoje, sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência, nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas — como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras — influenciam, interferem e, até mesmo, determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira.

Como destaca Hall (2003), raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. É uma categoria organizadora de formas de falar, e de sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas como cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc., como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro.

Quando as pessoas se reportam à identidade, principalmente à identidade da pessoa negra, é muito comum categorizarem os indivíduos quanto às suas características raciais de maneira reducionista, baseando-se exclusivamente na cor da pele, classificando-os em negros ou brancos (PINTO e FERREIRA, 2014).

Afirma Ferreira (2000 *apud* PINTO e FERREIRA, 2014 p.261), que a categoria identidade, além de pessoal, é fundamentalmente social e política. É considerada como uma referência em torno da qual o indivíduo se autorreconhece e se constitui, estando em constante transformação e construída a partir das relações que ele estabelece com ele próprio, com o outro e com o ambiente à sua volta.

A categoria identidade é importante para compreendermos como o indivíduo se constitui, influencia sua autoestima e sua maneira de existir. Desse modo, é essencial, para a compreensão da problemática da pessoa negra, o conhecimento da maneira como ela desenvolve sua identidade, principalmente quando é discriminada negativamente (PINTO e FERREIRA, 2014).

De acordo com os dados do Censo 2010 do IBGE, dos 190.755.799 milhões de habitantes, 50,7% da população ou 96,7 milhões se autodeclararam negros (pretos e pardos). A população que se autodeclarou branca representou 47,7% ou 91 milhões, 2 milhões se autodeclararam amarelos (1,1%) e 817,9 mil indígenas (0,4%). Deste modo, é perceptível que os negros são a maioria da população brasileira. O Censo demonstrou ainda que a população de pardos é maior no Nordeste e no Norte (com destaque para o Pará, com 69,5% de pardos); os negros estão mais presentes nos estados da região Nordeste, principalmente na Bahia, onde 2,4 milhões de pessoas se autodeclararam negras (BRASIL, 2012).

Estes índices se refletem também nas prisões brasileiras que, segundo Cartaxo et al (2013), concentram uma parcela considerável de pessoas negras e pobres que não puderam atingir os patamares mínimos para o acesso a bens culturais e/ou de serviços. E que enfrentam péssimas condições de confinamento como superlotação, condições insalubres das instalações, carência de acesso a insumos de prevenção e de higiene, violência, pressão psicológica, uso de drogas, má alimentação, entre outras são determinantes para essa vulnerabilidade.

Uma pesquisa realizada algumas décadas atrás, exatamente nos anos 1990, acerca da discriminação racial e justiça criminal no Estado de São Paulo, revelou que os réus negros tendiam a ser mais perseguidos pela vigilância policial, encontravam maiores barreiras no acesso à justiça criminal e maiores dificuldades de fazer uso do direito de ampla defesa assegurado pelas normas constitucionais vigentes. Por causa disso, tendiam a merecer tratamento penal mais rigoroso, com maior probabilidade de serem punidos, comparativamente aos réus brancos (ADORNO, 1996, p. 273).

Percebe-se que esse cenário de discriminação dentro de presídios brasileiros, contrapõe-se ao Estatuto da Igualdade Racial - Lei nº 12.288/2010 sancionado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 20 de julho de 2010, que foi instituído com o principal objetivo de garantir à população negra a efetiva igualdade de oportunidades na sociedade brasileira, a defesa dos seus direitos individuais e coletivos, além do combate à discriminação e às demais formas de intolerância. Após quase dez anos de tramitação no Congresso Nacional, o Estatuto é o principal marco legal para o enfrentamento da discriminação racial e das desigualdades estruturais de raça que afetam indivíduos afro-brasileiros. Dessa forma, constitui-se como um instrumento para garantia dos direitos fundamentais desse segmento, especialmente no que tange a saúde, educação, cultura, esporte e lazer, comunicação, participação, trabalho, liberdade de consciência e de crença; acesso à terra e à moradia; além dos temas da proteção, do acesso à justiça e à segurança (Organização das Nações Unidas [ONU], 2011). Em consonância com o exposto, Dropa (2003) afirma que,

Sem dúvida, a melhor arma para acabar, a longo prazo, com o fantasma do racismo e da discriminação racial é a educação, seguida do respeito à igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, conscientizando o novo cidadão de que a cor da pele ou determinadas características humanas não fazem do indivíduo uma pessoa melhor ou pior, muito menos indigna dos mesmos direitos que lhe assiste. A cidadania deve ser plena para todos: negros, brancos, favelados, ricos e pobres.

Nesse contexto, observamos a relevância do tema, para a criação de estratégias para a superação do racismo, dentro dos espaços educacionais, primeiramente com os educadores e posteriormente com os alunos projovianos. Mas, como abordar esse tema com os jovens privados de liberdade que o Programa atende através do Projovem Prisional? Haja vista, os mesmos já estarem vulneráveis às exigências do mundo contemporâneo, por um sistema prisional que impulsiona as incertezas e falta de esperanças.

## **Objetivo Geral**

Avaliar a importância da autoafirmação étnico-racial dos jovens que se encontram no contexto de privação de liberdade.

### **Objetivos Específicos**

- ✓ Destacar a realidade do sistema prisional paraibano no tocante a cor de pele/raça dos sujeitos pesquisados;
- ✓ Aprofundar os estudos em torno das questões étnico-raciais e de sua relação com âmbito escolar;
- ✓ Analisar como os sujeitos pesquisados se posicionam no tocante a realidade da sua cor/raça e relacioná-los aos âmbitos social, econômico e religioso;
- ✓ Avaliar a importância da escolarização para a ressocialização de jovens privados de liberdade.

### **METODOLOGIA**

O presente trabalho de investigação se caracteriza como uma pesquisa do tipo quantitativa de caráter descritivo com delineamento transversal (CERVO, 1983), incluindo em suas estratégias metodológicas o estudo bibliográfico, a observação e a aplicação de entrevista/enquete. Segundo Gil (2007, p.17), a pesquisa é definida como,

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão de resultados.

Sobre a pesquisa bibliográfica, Brennan (2012) afirma que,

Exige do pesquisador algumas características: disciplina e sistematização das leituras; criticidade, porque deve estabelecer um diálogo reflexivo entre a teoria e o objetivo de estudo em questão; amplitude, visto que dá conta do estado da arte sobre o problema na atualidade; articulação criativa e humilde, porque precisa reconhecer que todo conhecimento científico sempre parte de um ponto de vista, e sua produção é limitada. Nesse tipo de pesquisa, partimos de um saber em que questionamos, aprofundamos, criticamos e propomos.

Para a realização do estudo foi necessário estabelecer alguns passos. Primeiro elaborar o instrumento da pesquisa, uma enquete/entrevista, composta de 6 (seis) perguntas, segundo fazer um levantamento sobre os sujeitos pesquisados. Perante o exposto, o estudo foi realizado em 4 (quatro) Unidades Prisionais do Estado da Paraíba, a saber: Serrotão em Campina Grande, Geraldo Beltrão, Sílvio Porto e Júlia Freire em João Pessoa.

O universo de sujeitos pesquisados foi composto por 38 (trinta e oito) estudantes, sendo 28 (vinte e oito) do sexo masculino e 10 (dez) do sexo feminino, assistidos pelo Programa Projovem Urbano Prisional – PB.

## **RESULTADOS DA APLICAÇÃO DA ENQUETE/ENTREVISTA POR UNIDADE PRISIONAL PESQUISADA:**

Data: 10/11/14

Unidade Prisional: Serrotão (Campina Grande)

Responsável pela coleta de dados: Sr<sup>a</sup> A<sup>2</sup>

Universo de sujeitos pesquisados: 19

Obs.: Foram realizadas seis (6) perguntas na pesquisa/enquete (em anexo), abaixo as mesmas estão descritas com os respectivos resultados obtidos após aplicação.

### 1) Com relação à pergunta 1 e 2:

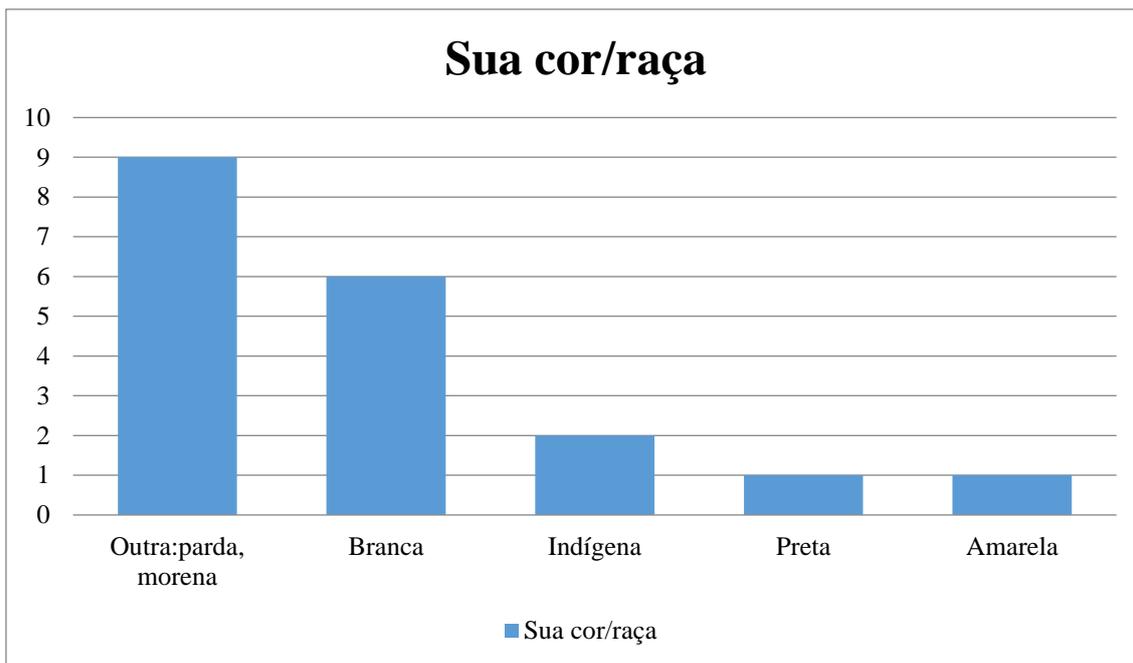
Os sujeitos pesquisados são todos alunos do Projovem e são do sexo masculino.

### 2) A Sua Cor/ Raça:

Do universo pesquisado 6 se auto intitularam com a cor branca, 1 com a cor preta, 2 com a indígena e 1 amarela. 9 marcaram outra, sendo elas: 4 pardas e 5 morenas. Esse quantitativo pode ser visto no gráfico abaixo:

---

<sup>2</sup> O nome da responsável pela coleta de dados aqui é representado pela inicial de seu nome.

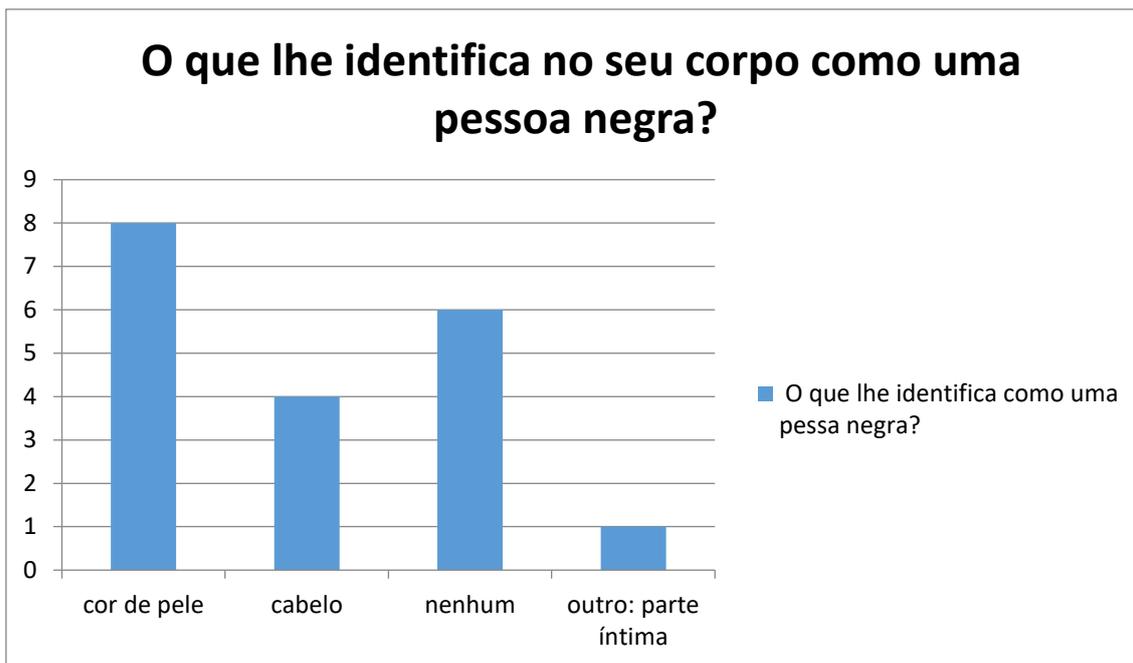


4-Você tem alguma religião? Se tem qual?

12 sujeitos responderam que tem religião, 5 disseram não ter e 2 optaram por não responder essa questão. Qual a religião: 8 responderam ser evangélicos, 2 católicos, 1 disse ter Fé em Deus e 1 apontou qualquer uma.

5- O que lhe identifica no seu corpo como uma pessoa **negra**?

Na apresentação do gráfico seguinte, podemos observar que 8 apontaram a cor da pele, 4 o cabelo, 6 marcou a opção nenhum e 1 sujeito marcou a opção outro e apontou a parte íntima como a parte do corpo que lhe identifica como uma pessoa negra.



6- A sociedade dá maiores oportunidades quando você é:

Para a pergunta 6. 14 sujeitos responderam que a sociedade dá maiores oportunidades ao branco, 1 disse ser ao preto, 1 Não respondeu a questão e 3 apontaram outros. Dos 3 que optaram pela última, 2 não especificaram e 1 respondeu que *“tem que ser bom na função certa”*.

Data: 10/11/14 Unidade Prisional: Sílvio Porto (João Pessoa)

Responsável pela coleta: Sr<sup>a</sup> A

Universo de sujeitos pesquisados: 6

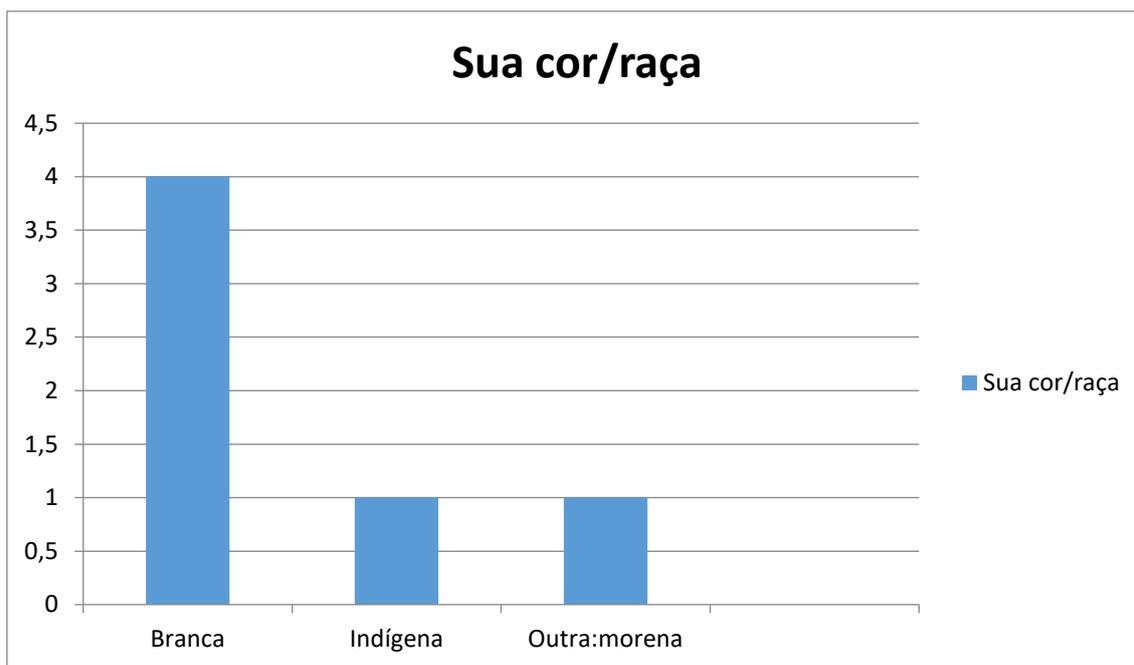
Obs.: Foram realizadas seis perguntas na pesquisa/enquete, abaixo as mesmas estão descritas com os respectivos resultados obtidos após aplicação.

1) Com relação à pergunta 1 e 2:

Os sujeitos pesquisados são todos alunos do Projovem e são do sexo masculino.

3- Sua Cor/ Raça:

Foram 6 sujeitos pesquisados. 4 disseram ter a cor branca, 1 indígena e 1 marcou a opção outra, e escreveu morena.



4-Você tem alguma religião? Se tem, qual?

Com relação à religião 5 disseram tê-la e 1 não. Dos 5: 2 se consideram evangélicos, 1 católico e 2 não especificaram a religião.

5- O que lhe identifica no seu corpo como uma pessoa **negra**?

Com relação à referida pergunta, todos os sujeitos marcaram a opção nenhum. Desse modo, no universo pesquisado nessa Unidade Prisional os sujeitos não identificaram em seu corpo nada de uma pessoa negra.

6- A sociedade dá maiores oportunidades quando você é:

Os 6 sujeitos responderam que a sociedade dá maiores oportunidades quando se é branco.

Data: 10/11/14 Unidade Prisional: M<sup>a</sup> Júlia Maranhão (João Pessoa)

Responsável pela coleta: Sr<sup>a</sup> A

Universo de sujeitos pesquisados: 10

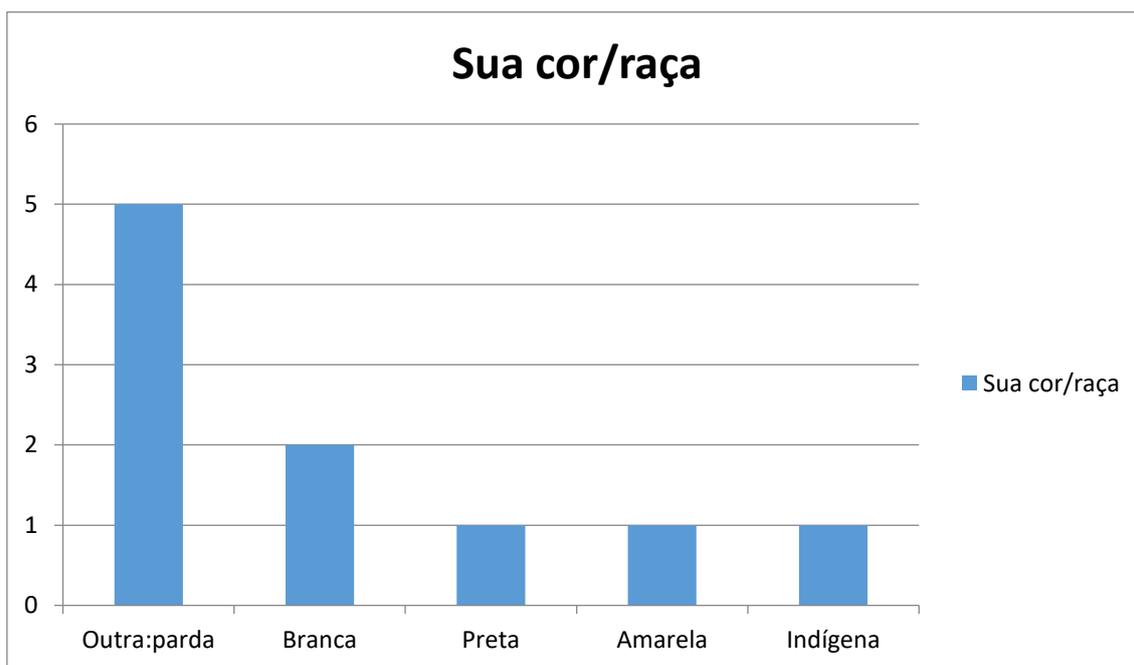
Obs.: Foram realizadas seis perguntas na pesquisa/enquete, abaixo as mesmas estão descritas com os respectivos resultados obtidos após aplicação.

1) Com relação à pergunta 1 e 2:

O universo pesquisado são todas alunas do Projovem e são do sexo feminino.

3- Sua Cor/ Raça:

Com relação à pergunta 3: 5 marcaram outra, e indicaram a cor parda, 2 se declararam branca, 1 preta, 1 amarela e 1 indígena. Como verificamos no gráfico abaixo:

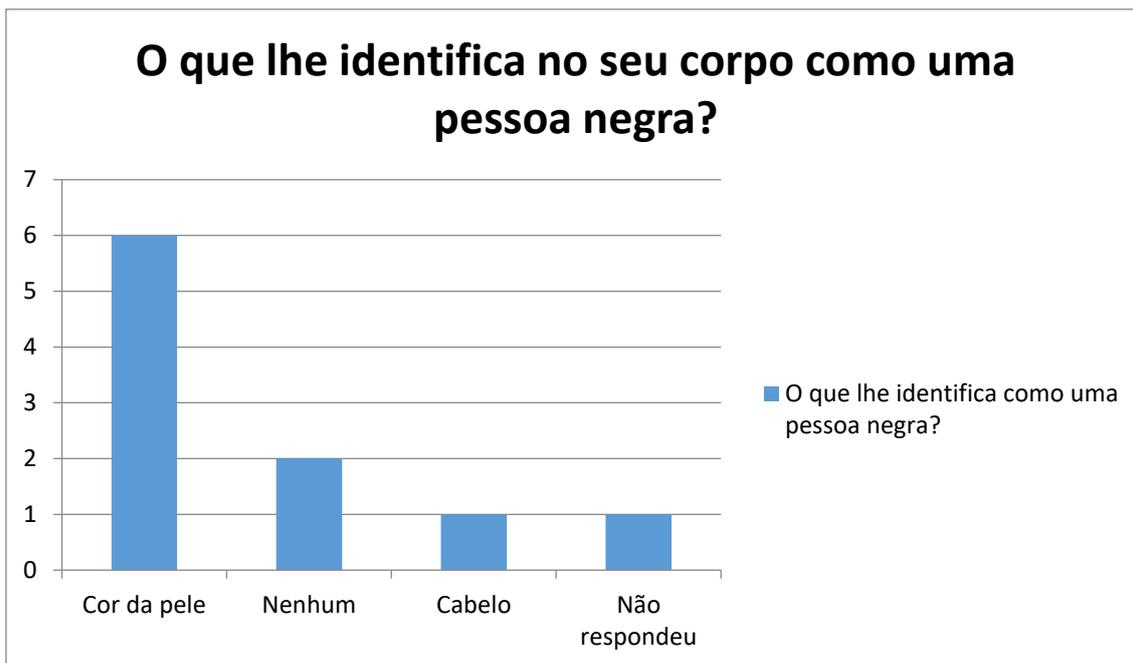


4-Você tem alguma religião? Se tem, qual?

Com relação à religião, 6 indicaram tê-la e 4 não. Desse universo 4 se declararam evangélicas, 1 católica e 1 disse Crê em Deus.

5- O que lhe identifica no seu corpo como uma pessoa **negra**?

Para a pergunta 5: 6 indicaram a cor da pele, 1 o cabelo, 2 marcaram nenhum e 1 optou em não responder. Fazendo a relação da pergunta 3 com a 5 e o gráfico demonstrativo abaixo. Observamos que mesmo com apenas 1 pesquisado se autodeclarando preta, aqui no universo pesquisado 6 indicaram identificar no seu corpo a cor da pele como uma pessoa negra.



6- A sociedade dá maiores oportunidades quando você é:

Para a pergunta 6: a resposta foi global, os 10 pesquisados apontaram que a sociedade dá maiores oportunidades quando se é branco.

Data: 10/11/14 Unidade Prisional: Geraldo Beltrão (João Pessoa)

Responsável pela coleta: Sr<sup>a</sup> A

Universo de sujeitos pesquisados: 3

Obs.: Foram realizadas seis perguntas na pesquisa/enquete, abaixo as mesmas estão descritas com os respectivos resultados obtidos após aplicação.

1) Com relação à pergunta 1 e 2:

O universo pesquisado são todos alunos do Projovem e são do sexo masculino.

3- Sua Cor/ Raça:

Com relação à cor/raça o gráfico a seguir mostra que: 2 marcaram a cor preta e 1 a branca.

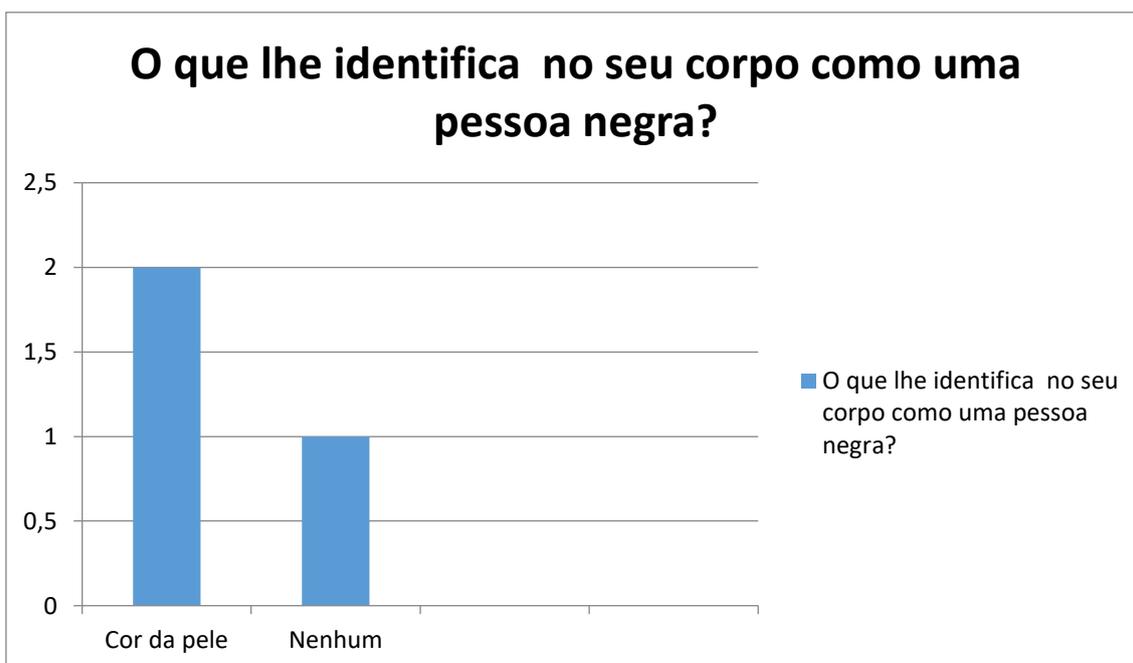


4- Você tem alguma religião? Se tem, qual?

No que se refere à religião: 2 apontaram tê-la e 1 não. 2 disseram ser evangélicos.

5- O que lhe identifica no seu corpo como uma pessoa **negra**?

O gráfico mostra que a cor da pele predominou no universo pesquisado, com 2 marcações e 1 marcou nenhum.



6- A sociedade dá maiores oportunidades quando você é:

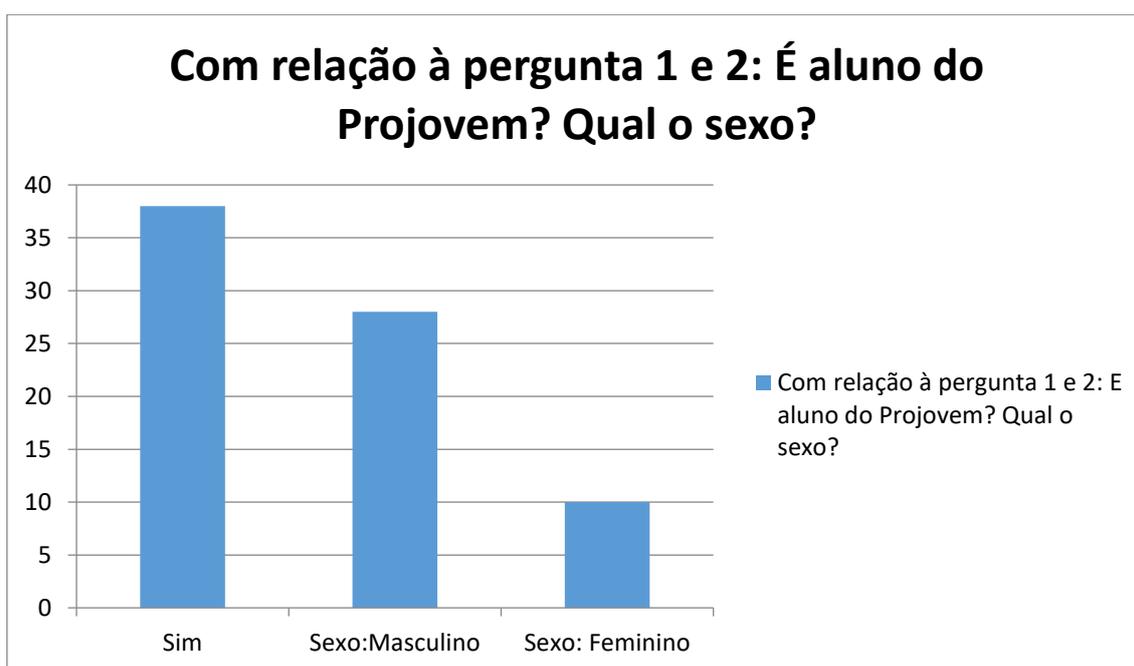
Na referida pergunta: 2 disseram que é ao branco que a sociedade dá maiores oportunidade e 1 que é ao preto.

## **DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS NA ENQUETE/ENTREVISTA: OBSERVANDO O QUANTITATIVO DO UNIVERSO PESQUISADO.**

A enquete/entrevista foi aplicada em 4 (quatro) Unidades Prisionais do Estado da Paraíba, a saber: Serrotão em Campina Grande, Geraldo Beltrão, Sílvio Porto e M<sup>a</sup> Júlia Freire em João Pessoa, entre os dias 11 a 13 de novembro de 2014. O universo de sujeitos pesquisados foram o quantitativo de 38 (trinta e oito), sendo 28 (vinte e oito) do sexo masculino e 10 (dez) do sexo feminino, assistidos pelo programa Projovem Prisional – PB.

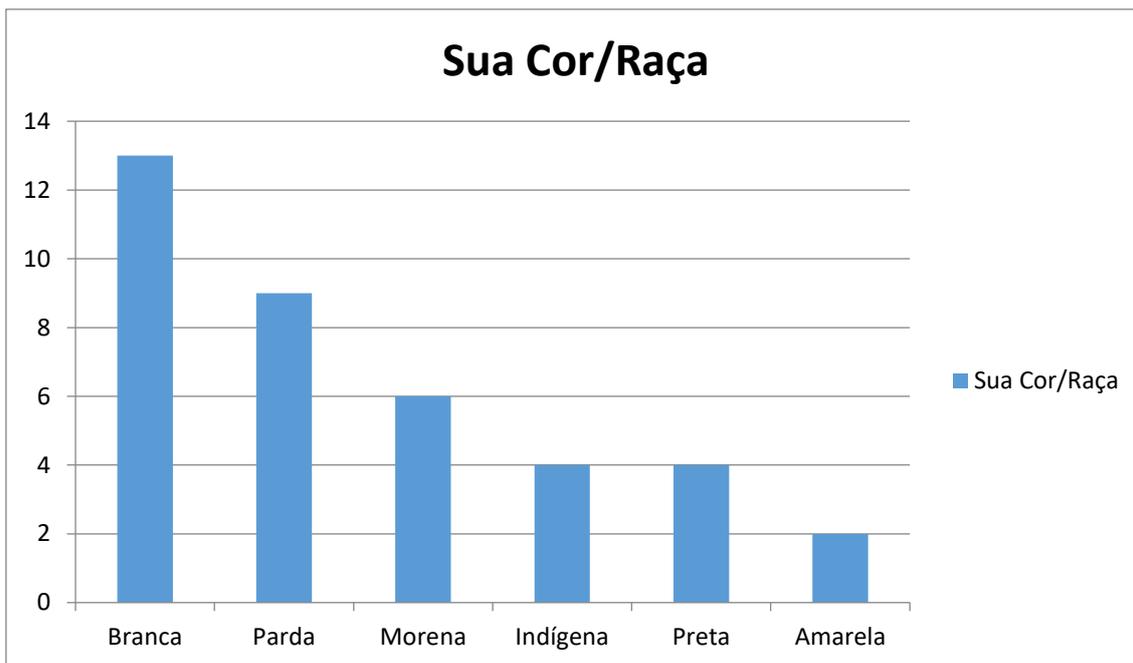
### **1- Com relação à pergunta 1 e 2:**

Os sujeitos pesquisados são todos alunos e alunas do Projovem, sendo 28 do sexo masculino e 10 do sexo feminino.



### **3- A Sua Cor/ Raça:**

Do universo pesquisado de 38 sujeitos: 13 se auto intitularam com a cor branca, 4 com a cor preta, 4 com a indígena e 2 com a amarela. 15 marcaram outra, sendo elas: 9 pardas e 6 morenas. Esse quantitativo geral pode ser visto no gráfico abaixo, em destaque a predominância da cor branca entre os sujeitos pesquisados.



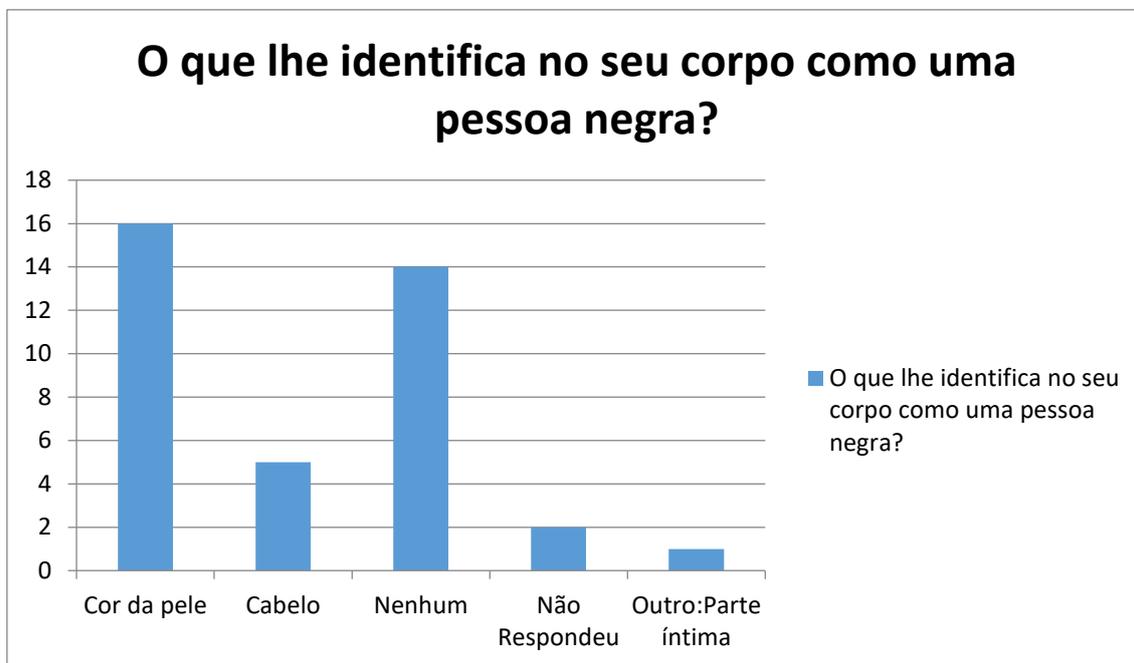
#### 4-Você tem alguma religião? Se tem, qual?

25 sujeitos responderam que tem religião, 11 disseram não ter e 2 optaram por não responder essa questão. Com relação à especificidade da religião: 16 responderam ser evangélicos, 4 católicos, 2 disseram Fé/Crê em Deus, 2 não especificaram a religião e 1 apontou qualquer uma. Observando o gráfico abaixo, vemos a predominância dos evangélicos nos sujeitos pesquisados.



#### 5- O que lhe identifica no seu corpo como uma pessoa negra?

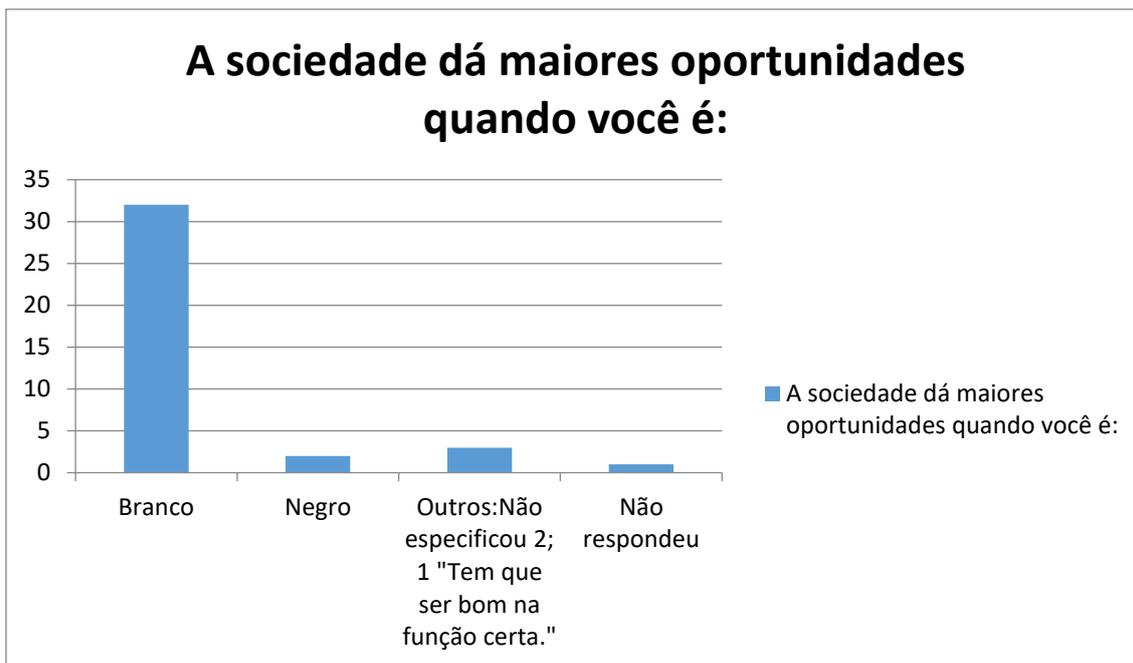
Na apresentação do gráfico seguinte, podemos observar que 16 apontaram a cor da pele, 5 o cabelo, 14 marcou a opção nenhum, 1 marcou a opção outro e apontou a parte íntima como a parte do corpo que lhe identifica como uma pessoa negra e 2 Não responderam.



**Comentário:** Fazendo a relação entre a pergunta 3 - Cor/Raça e a predominância da cor branca entre os sujeitos pesquisados, observamos aqui, que mesmo os sujeitos não se autointitulado negro/preto. O total de 22 pesquisados marcaram partes de seu corpo que lhe identificam como uma pessoa negra, entre: cor de pele, cabelo e parte íntima.

#### **6- A sociedade dá maiores oportunidades quando você é:**

Para a pergunta 6, como mostra o gráfico a seguir. 32 sujeitos responderam que a sociedade dá maiores oportunidades ao branco, 2 disseram ser ao preto, 1 optou em Não responder a questão e 3 apontaram outros. Dos 3 que optaram pela última, 2 não especificaram e 1 respondeu que “tem que ser bom na função certa”.



Vale ressaltar que a Paraíba apresenta 16ª posição, somando um total de 11.377 pessoas privadas de liberdade, considerando o sistema prisional estadual e as carceragens das delegacias, dos quais, 10.762 são homens. Onde 30% é formada por jovens entre 18 e 24 anos e 27 por jovens entre 25 e 29 anos, cuja porcentagem declina conforme aumenta a faixa etária (BRASIL, 2017).

Quanto à escolaridade, 24% da população brasileira privada de liberdade está para concluir ou não concluiu o ensino médio. Na Paraíba soma-se a porcentagem de 42% de pessoas privadas de liberdade com Ensino Fundamental incompleto, 29% Alfabetizadas informalmente e 4% com Ensino Médio Completo (BRASIL, 2017).

No que diz respeito à etnia, 64% da população brasileira privada de liberdade se autodeclara negra. Este número é mais expressivo na Paraíba, onde 77% se autodeclara negra e apenas 22% da população privada de liberdade se autodeclara branca (BRASIL, 2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos dados da pesquisa percebemos que a predominância foi a cor branca entre os sujeitos pesquisados, porém, quando o universo pesquisado identificou “partes” do seu corpo como pessoa negra, o quantitativo aumenta, de brancos para negros. Assim, percebemos que “ainda” há uma retração em assumir essa identidade. De certo modo, houve um avanço, mas, é afirmando nosso compromisso em criar estratégias para esse reconhecimento que poderemos redimensionar a moldura criada pela história que não foi reconstruída com a

abolição da escravatura em 1888, mesmo de mais de 100 abolida, os negros ainda continuam sendo humilhados, subjugados, escravizados, etc.

Podemos considerar ainda, que as Políticas Públicas implementadas para o combate ao racismo e discriminação social já estão obtendo resultados, mesmo que incipientes. Isso ficou pontuado na XI Conferência Nacional dos Direitos Humanos, acontecida em 2008, onde o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) foi reelaborado e criou-se a terceira edição. Dentre as quais Ribeiro (2010, p. 152) pronunciou que após décadas de formulação, o PNDH reafirma os princípios – e também os resultados para uma política de igualdade racial como mais um passo para a construção do enlace entre direitos humanos, superação do racismo e da discriminação racial.

Diante do exposto, isso reverbera na nossa responsabilidade social com agentes de mudanças de um processo histórico, mostrando aos jovens atendidos pelo Programa: Projovem Urbano do Estado da Paraíba, e conseqüentemente aos jovens privados de liberdade, que cabe a nós, mudar esse quadro racista e discriminatório secular, fazendo emergir um projeto conjunto para a construção de uma sociedade mais equânime. Sonhos? Esperanças? Realidade? Há uma necessidade como vimos de dar o primeiro passo, que sejamos nós educadores e educadoras!

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 18, 1996.

AGUIAR, A. Direito à educação de jovens privados de liberdade: a experiência do Projovem Urbano em unidades prisionais. In: IRELAND, Timothy (org.). Educação em Prisões. **Em Aberto (INEP)**, v. 24, n. 86, p. 76-88, 2011.

BASTIDE, R. & FERNANDES, F. 1955. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo, Anhembi. 2015.

BORBA, M. O. Q. **Aprendizagem da Educação em Direitos Humanos no Projovem Urbano em Unidades Prisionais de João Pessoa – PB**. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Dissertação em Direitos Humanos, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB N°3/2006**.

\_\_\_\_\_. Decreto 5.557 de 05 de outubro de 2005. Regulamenta o Projovem. Brasília, 2005c.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 6.629, de 4 de novembro de 2008. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem –, instituído pela Lei no. 11.129, de 30 de junho de 2005, e

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

regido pela Lei no. 11.692, de 10 de junho de 2008, e dá outras 128 providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF; seção 1, p. 4, 05 de novembro de 2008b.

\_\_\_\_\_. Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN. Atualização- Junho de 2016. Brasília. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça (MJ). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) - junho de 2013. Disponível em: < <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisional/anexos-sistema-prisional/total-brasil-junho-2013.pdf>>. Acesso em: 12 de dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Portal. **Censo 2010**, Brasília, 2012. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/07/censo-2010-mostra-as-diferencas-entre-caracteristicas-gerais-da-populacao-brasileira>>. Acesso em agosto de 2017

BRENNAND, Eládio José de Góes; MEDEIROS, José W. De Moraes; FIGUEIREDO, Maria do Amparo Caetano de. **Metodologia científica na educação a distância**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012, p. 63-80.

CARTAXO, Renata de Oliveira. Panorama da Estrutura Presidiária Brasileira. **Rev Bras Promoc Saúde**. Fortaleza, 26(2): 266-273, abr./jun., 2013.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CONSTRUIR NOTÍCIAS - **Relações Étnico-Raciais (Educação das Relações Étnico-Raciais)** - ANO 05, Maio/Junho: Edição nº 28, Recife, 2006.

DROPA, Romualdo Flávio. **Direitos Humanos no Brasil: A Questão Negra**. Disponível em < <http://www.advogado.adv.br/artigos/2003/romualdoflaviodropa/direitoshumanosnegra.htm>> Acesso em agosto de 2015.

GIL, Antônio Carlos. Como **elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007;

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2003. 28 p.

ONU. **Guia de Orientação das Nações Unidas no Brasil para denúncias de discriminação Étnico-racial**. Escritório da Coordenação das Nações Unidas no Brasil, 2011.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações Raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. 9(2), São João del Rei julho a dezembro de 2014.

RIBEIRO, Matilde. **O enlace entre direitos humanos, superação do racismo e da discriminação social**. In: VENTURI, Gustavo (Org.) Direitos Humanos: percepções da opinião pública: análises da pesquisa nacional. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.